


A PRÁTICA CONTÁBIL NO CONTEXTO DAS COMUNIDADES ARBORÍGENES NO NORTE-AMAZÔNICO: UMA EVIDÊNCIA EMPÍRICA

ACCOUNTING PRACTICE IN THE CONTEXT OF ARBORIGENAL COMMUNITIES IN THE NORTHERN AMAZON: EMPIRICAL EVIDENCE

PRÁCTICA CONTABLE EN EL CONTEXTO DE LAS COMUNIDADES ARBORÍGENES DEL NORTE DE LA AMAZONÍA: EVIDENCIA EMPÍRICA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n8-206>

Data de submissão: 20/07/2025

Data de publicação: 20/08/2025

Francisco Isidro Pereira

Doutor em Agronegócios

Instituição: Universidade Federal do Ceará

E-mail: isidro@ufc.br

RESUMO

Quantificar as ações oriundas do cotidiano parece uma condição imprescindível na pré-existência de um controle patrimonial. O fio condutor do estudo em tela é a inquietação quanto a contrastação dessa afirmação no bojo das populações indígenas. Nesse contexto, a pergunta central que guia a investigação é qual a lógica contábil na percepção dos povos indígenas? Para efeito de reflexão tomou-se como objeto de análise dez comunidades indígenas aldeadas em Roraima, norte-amazônico do Brasil. Baseado em trabalho de campo, procedeu-se a observação participativa. No recolhimento do material, sendo entendido este como conjunto das observações e dos objetos materiais, usufruiu-se do diário de campo. A investigação aponta que as variáveis que constituem o cerne da atividade contábil tornam-se particularmente evidentes ao considerar a vida cotidiana dos caçadores-coletores recentes, como as comunidades arborígenes pesquisadas.

Palavras-chave: Povos Indígenas. Contabilidade Primitiva. Lógica Contábil

ABSTRACT

Quantifying actions arising from everyday life seems essential for the pre-existence of asset control. The guiding thread of this study is the concern regarding the contrast between this assertion among Indigenous populations. In this context, the central question guiding the investigation is: What is the accounting logic as perceived by Indigenous peoples? For reflection purposes, ten Indigenous communities living in villages in Roraima, in the northern Amazon region of Brazil, were analyzed. Based on fieldwork, participatory observation was used. Field diaries were used to collect the material, understood as a set of observations and material objects. The research indicates that the variables that constitute the core of accounting activity become particularly evident when considering the daily lives of recent hunter-gatherers, such as the arboreal communities studied.

Keywords: Indigenous Peoples. Primitive Accounting. Accounting Logic.

RESUMEN

Cuantificar las acciones que surgen de la vida cotidiana parece esencial para la preexistencia del control de activos. El hilo conductor de este estudio es la preocupación por el contraste entre esta afirmación en las poblaciones indígenas. En este contexto, la pregunta central que guía la investigación es: ¿Cuál

es la lógica contable percibida por los pueblos indígenas? Para fines de reflexión, se analizaron diez comunidades indígenas que viven en aldeas de Roraima, en la región amazónica del norte de Brasil. Con base en el trabajo de campo, se utilizó la observación participativa. Se utilizaron diarios de campo para recopilar el material, entendido como un conjunto de observaciones y objetos materiales. La investigación indica que las variables que constituyen el núcleo de la actividad contable se hacen particularmente evidentes al considerar la vida cotidiana de los cazadores-recolectores recientes, como las comunidades arbóreas estudiadas.

Palabras clave: Pueblos Indígenas. Contabilidad Primitiva. Lógica Contable.

1 INTRODUÇÃO

Há um consenso entre os cientistas sociais, com destaque particular para os antropólogos, arqueólogos e historiadores que o berço das civilizações não tem âncora nas guerras, mas na concretude da atividade do comércio. Escavações arqueológicas no altiplano peruano tornaram essas evidências incontestes. Só que junto a esses achados não se pode descolar o raciocínio conceitual do número. Conforme análise tracejada por Struik (1992), o desenvolvimento das atividades comerciais estimulou a cristalização do conceito do número.

As noções primitivas relacionadas com a idéia de número, grandeza e forma podem ser encontradas nos primeiros tempos da raça humana, e vislumbres de noções matemáticas se encontram em formas de vidas que podem datar de milhões de anos da humanidade. É claro que a matemática originalmente surgiu da vida diária do homem, e se há validade no princípio biológico da “sobrevivência dos mais aptos” a persistência da raça humana provavelmente tem relação com o desenvolvimento de conceitos matemáticos. Na seqüência desses raciocínios emerge-se de forma imediata o backbone da moderna prática contábil. Ela literalmente concorre com a matemática (BOYER 1996).

Quantificar as ações oriundas do cotidiano parece uma condição imprescindível na pré-existência de um controle patrimonial. O fio condutor do estudo em tela é a inquietação quanto a contrastação dessa afirmação no bojo das populações indígenas.

Com estilos de vida própria, os índios são diferentes, de nós – por definição – e entre eles próprios. A diferença está na forma de vida, de se relacionar com o próximo, de se governar diretamente, de acreditar em deuses, de ter outra relação com o trabalho, de conhecer a natureza, de poder pintar o corpo, de amar a liberdade, de não ter por que viver correndo para estar sempre mais à frente, mesmo sem saber ao certo aonde chegar SANTILLI (2000).

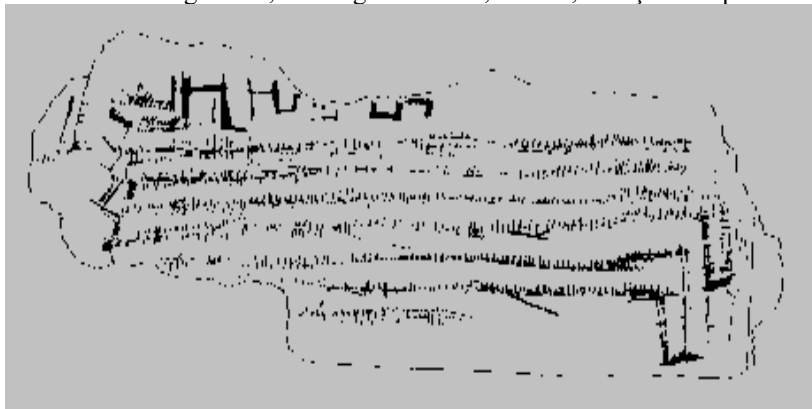
Resgatando Santos (2002), as pequenas roças dispersas dos aborígenes brasileiros eram, curiosamente, bem “administradas” pelos pajés, que inventariavam continuamente as culturas disponíveis, orientando as atividades de subsistência dos grupos. O tamanho das culturas, além de não ameaçar o ecossistema, minimizava o alastramento das pragas e doenças vegetais. Nesse sentido a problemática levantada é qual a lógica contábil na percepção dos povos indígenas? Para efeito de reflexão tomou-se como objeto de análise dez comunidades indígenas aldeadas no norte-amazônico do Brasil.

2 A ETNOMATEMÁTICA E A ORIGEM DO PENSAMENTO CONTÁBIL

Uma análise detida na literatura impõe uma reflexão mais refinada quanto o embrionário pensamento contábil. Isto transcende os conhecimentos arqueológicos os quais tão enfáticos por ACCOUNTABLE (2002), mas interpenetra nas áreas da matemática e antropologia.

Partindo dos elementos analíticos trabalhados por D’ambrosio (2002), far-se-á uma conjunção de argumentos cujo intuito visa reforçar os impulsionadores na atual formatação da prática contábil amalhando influências das áreas recém mencionadas. Conforme o autor a necessidade de se alimentar, em competição com outras espécies, é o grande estímulo no desenvolvimento de instrumentos que auxiliam na obtenção de alimentos. Sob essa afirmação, focaliza evidência de instrumentos de pedra lascada que, há cerca de 2 milhões de anos, foram utilizados por uma espécie, um tipo de australopiteco, para descarnar, melhorando assim a qualidade e quantidade de alimentos disponíveis. É claro que a pedra, lascada com esse objetivo, deveria ter dimensões adequadas para cumprir sua finalidade. A avaliação das dimensões apropriadas para a pedra lascada talvez seja a primeira manifestação matemática da espécie. Na hora que esse australopiteco escolheu e lascou um pedaço de pedra, como objetivo de descarnar um osso, a sua mente matemática se revelou. Para selecionar a pedra, é necessário avaliar suas dimensões, e, para lascá-la o necessário e o suficiente para cumprir os objetivos a que ela se destina, é preciso avaliar e comparar dimensões. Avaliar e comparar dimensões são uma das manifestações mais elementares do pensamento matemático.

Figura 1 – Placa de osso gravada, da Garganta do Taï, Drôme, França. Comprimento: 8,8 cm.



Fonte: Mithen, S. (2002).

Como contextualiza Ifrah (1997), o método mais universalmente atestado na história da Contabilidade, e um dos mais velhos também, é o osso conforme Figura 1 ou o pedaço de madeira entalhado. Um ou outro facilita o embarço numa época em que não se sabia ainda contar de uma maneira abstrata. Os primeiros testemunhos arqueológicos conhecidos dessa prática datam do período que os historiadores da pré-história designam habitualmente com o nome de Aurignaciano (35.000 a

20.000 a. C.). São, portanto, mais ou menos contemporâneos do homem de Cro-Magnon. Tratando de numerosos ossos, levando cada uma ou mais séries de entalhes regularmente espaçados, que foram encontrados na maioria na Europa Ocidental. Entre eles, um rádio de lobo munido de cinquenta e cinco entalhes, refinados em duas séries de grupos de cinco.

Para Ifrah (1997), a destinação desses entalhes permanece, claro, ainda enigmática. Essa inquietação é confirmada por Mithen (2002), segundo o qual a interpretação desses objetos sempre foi controversa. Logo depois de descobertos, foram descritos como *tailles de chasse* – registros de caçadas mostrando o número de animais abatidos. Várias outras interpretações foram propostas desde então; por exemplo, que eles registram o número de indivíduos presentes em encontros sociais e calendários lunares.

Um detalhado estudo microscópico desses artefatos confirmou que em vários desses objetos as marcas aparecem em padrões tão regulares que sugerem um sistema de notação. Os artefatos provavelmente funcionavam como um registro visual, provavelmente sobre acontecimentos ambientais. São muito parecidos com artefatos talhados e gravados de caçadores-coletores modernos e sabidamente usados para fins mnemônicos e de registro, como os bastões-calendário de marfim feitos pelo povo de Yakut da Sibéria. De qualquer forma para Ifrah (1997), não há nenhuma dúvida de que os ossos (cujos entalhes foram certamente gravados intencionalmente e não correspondem a nenhuma preocupação estética) constitui um dos mais velhos documentos aritméticos que chegaram até o presente. Indica mesmo, muito claramente, que nessa época o ser humano já tinha chegado não somente a conceber os números abstratos, mas também a decompô-lo segundo o princípio da base. Senão, porque teria tido o esforço de repartir tais entalhes de uma maneira tão perfeitamente regular, enquanto a prática do entalhe, considerada apenas pelo ângulo do emparelhamento, só teria dado uma série contínua de traços?

Nesse estágio assegura Ifrah (1997), a humanidade ignorava ainda a escrita. Mas concretizando dessa maneira a enumeração de tal ou tal tipo de unidades, o possuidor do furador bem como seus contemporâneos e predecessores tinham igualmente inventado os primeiros rudimentos da contabilidade escrita: traçavam na realidade algarismos no sistema de notação numérica mais rudimentar da história.

Retomando D’ambrosio (2002), a espécie *homo sapiens*, na sua aventura enquanto espécie planetária, bem como as demais espécies que a procederam, isto é, os vários homínídeos reconhecidos desde há 4,5 milhões de anos antes do presente, têm seu conhecimento alimentado pela aquisição de conhecimento, de fazer (es) e de saber (es) que lhes permite sobreviver e transcender através de maneiras, de modos, de técnicas e artes de explicar, de conhecer, de entender, e lidar com, de conviver

com a realidade natural e sociocultural na qual está inserida. Naturalmente, em todas as culturas e em todos os tempos, o conhecimento, que é gerado pela necessidade de uma resposta a problemas e situações distintas, está subordinado a um cenário natural, social e cultural.

Nesses termos D’ambrosio (2002), delinea o raciocínio de que os indivíduos e povos têm, ao longo de suas existências e ao longo da história, criado e desenvolvido instrumentos de reflexão, de observação, instrumentos materiais e intelectuais, que denominou ticas, para explicar, entender, conhecer, aprender para saber e fazer que chamou matema como resposta a necessidades de sobrevivência e de transcendência em diferentes ambientes naturais, sociais e culturais, que rotulou etnos. A junção desses termos convergiu para o que se conhece como uma subárea da Ciência da Matemática como Etnomatemática. A priori tal campo restringir-se-ia ao estudo de matemáticas das diversas etnias e aqui vale lembrar Vergani (2000), que no seu entender a primeira característica híbrida da etnomatemática a ter em conta é o seu empenhamento no diálogo entre identidade (mundial) e alteridade (local), terreno onde a matemática e a antropologia se intersectam.

Na visão de Ifrah (1997) a prática do entalhe tem ao menos quarenta milênios de idade. Técnica primitiva certamente, mas sem futuro, pensar-se-á. Primitiva certamente, mas sem futuro seguramente não. Chegou até nós quase sem alteração, através de milhares de anos de evolução, de história e de civilização.

Múltiplos entalhes encontrados nas paredes rochosas das grutas pré-históricas ao lado de silhuetas de animais não deixam nenhuma dúvida sobre sua função contábil, e na época moderna a técnica mal mudou. Como já registrado anteriormente vale insistir em mais uma evidência apropriado por Ifrah (1997). Próximo de Los Angeles, não faz muito tempo, os trabalhadores indígenas mantinham a contagem de seu tempo de trabalho gravando em pedaços de madeira um entalhe fino para cada jornada, um entalho mais profundo e grosso para cada semana e uma cruz para cada quinzena de trabalho realizado. O que torna possível estudar os seus hábitos e formas de expressão e compreendê-los até certo ponto, se a humanidade libertou de noções preconcebidas.

3 A ORIGEM DOS POVOS ARBORÍGENES NA REGIÃO AMAZÔNICA

Deparou-se com escasso material bibliográfico a respeito da ocupação na região amazônica. E mesmo assim dentre os que foram objeto de análise apresentaram imprecisão, contradições, enfoques confusos, enfim poucas convergências analíticas. Entretanto dois estudos de autoria de Roosevelt (1992) e Neves (2000) despontaram pertinentes considerando a diversidade de trabalhos reunidos e submetidos a uma apreciação reflexiva mais consistente. Portanto essa seção constitui essencialmente um compêndio dos achados e deduções elaborados por tais pesquisadores.

As mais antigas culturas complexas conhecidas na América do Sul ainda parecem ter se desenvolvido na área andina no período pré-cerâmico tardio, cerca de 1.500 – 1.000 a. C., muito antes que na Amazonia, onde elas parecem ter surgido pela primeira vez no primeiro milênio a. C. Entretanto, apesar de as sociedades complexas da Amazônia aparecerem mais tarde que as primeiras andinas, não é possível tratá-las como provenientes dos Andes. Está claro que “cacicados” na Amazônia provieram diretamente de culturas cerâmicas anteriores da Amazônia oriental, bem distante dos Andes. A mais antiga delas foi encontrada no baixo Amazona e sua influência difundiu-se, a partir daí, em direção às várzeas pré-andinas, e não o contrário. Muitas das sociedades complexas das terras baixas parecem ter sido culturas de longa duração que, ao invés de terem decaído no ambiente tropical, antes cresceram em escala e sofisticação ao longo do tempo.

O porquê de os Andes ter manifestado as primeiras sociedades complexas em relação a amazônica, é sustentado sob o ponto de vista dos aspectos ambientais e demografia histórica. A ascensão de precoces culturas complexas nos Andes parece estar relacionada com o aumento da densidade populacional e da competição num território populacional e da competição num território ecológica e topograficamente circunscrito. Apesar de os ricos recursos de fauna e flora dos rios e estuários amazônicos fomentarem, desde cedo, grandes assentamentos permanentes, o aumento da densidade populacional regional parece ter necessitado de muito mais tempo nas vastas extensões da Amazônia que nos Andes, e as mais antigas sociedades complexas amazônicas conhecidas apareceram mais de mil anos após as primeiras andinas. Parece que as vastas extensões da Amazônia foram mais capazes de absorver a expansão populacional que os circunscritos vales dos Andes. A emergência de culturas complexas na Amazônia parece ter ocorrido apenas quando a intensificação do crescimento populacional ao longo das várzeas dos rios provocou uma competição pelas ricas áreas agriculturáveis e de pesca. Portanto, enquanto habitat da ocupação humana pré-histórica, a Amazônia surge como mais rica, complexa e variada. Mais significativo para a compreensão dos padrões da adaptação nativa e desenvolvimento cultural é, provavelmente, o fato de que existiram determinadas áreas nas quais abundância de recursos sustentava populações caçadoras-coletoras, horticultoras e agricultoras durante longo períodos, e que nestas áreas se desenvolveram grandes populações indígenas.

Fundamenta Roosevelt (1992) que os índios da Amazônia atual representam remanescentes geograficamente marginais dos povos que sobreviveram à dizimação ocorrida nas várzeas durante a conquista européia. Partindo de evidências arqueológicas provenientes das várzeas as mesmas revelaram terem existido, por mais de mil anos, sociedades complexas populosas vivendo em assentamentos de escala urbana, com elaborados sistemas de agricultura intensiva e de população de artesanato e com rituais e ideologias hoje ausentes entre os índios da Amazônia. Os índios da

atualidade, constata o autor, parecem mais próximos, em termos da adaptação ecológico-cultural, dos mais antigos horticultores e cultivadores de raízes, de cerca de 2.800 a. C., do que dos povos pré-históricos tardios.

O estudo atesta sua evidência de que algo aconteceu desde os tempos pré-históricos para alterar a adaptação nativa. O atual modo de vida dos índios parece ter sido fortemente influenciado por diversas mudanças importantes que ocorreram no decorrer da conquista da Amazônia pelos europeus. Em primeiro lugar, houve uma dramática queda da densidade populacional, a qual essencialmente eliminou a necessidade ou a possibilidade da exploração intensiva do solo. Em segundo lugar, os conquistadores se apoderaram das áreas de melhores recursos da Amazônia, afastando a maior parte dos índios para as áreas interfluviais pobres em recursos. Em terceiro lugar, os conquistadores desarticulam os complexos político e militar dos nativos, substituindo-os pelos seus, com os quais foram capazes de organizar a exploração dos recursos em bases nacionais. Nesses termos, a adaptação etnográfica deve ser considerada, em parte, como uma adaptação às conseqüências da conquista, e não apenas às características do ambiente amazônico.

4 ABORDAGEM METODOLÓGICA DO ESTUDO

Empenhado em compreender a problemática erguida no teor da investigação, os trabalhos iniciais de campo mostraram-se o proveito que os conhecimentos antropológicos poderiam ser úteis. Sob influência de Laplantine (2000) o autor procurou tornar mais familiar àquilo que lhe era estranho (os comportamentos, as crenças, os costumes da sociedade indígena que não era a sua, mas na qual poderia ter nascido). Também investido das orientações de Copans, Tornay, Godelier e Backès-Clément (1971) quanto a missão de um antropólogo. À primeira vista, as estruturas sociais das sociedades primitivas manifestam-se através dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos envolvidos em relações de parentesco complexas, em ritos obscuros, estranhos, quando não absurdos. Por esta razão, o antropólogo tem de descobrir a lógica oculta que explica o sentido desses comportamentos e o sentido dessas estruturas. Atento a orientação de Leach (1982), não há uma regra de ouro sobre como este “conjunto confuso” deva ser decifrado, a não ser uma necessidade absoluta de paciência e compreensão. No papel de pesquisador, o objetivo do antropólogo deve ser que os seus informantes o tratem como se fosse um aluno e que estejam preparados para lhe ensinar como é o seu modo de vida, aceitando-o como um amigo, de forma que, tanto quanto possível, possa vir a tornar-se “num dos nossos”.

Nas palavras de Bicudo (2000), a fenomenologia tem por meta ir-à-coisa-mesma tal como ela se manifesta, prescindindo de pressupostos teóricos e de um método de investigação que, por si,

conduza à verdade. Com a fenomenologia busca-se pelo fundo, pelo solo perceptivo onde a percepção se dá. Busca-se pelo campo de presença, no qual estão nítidas as dimensões do aqui-ali (proximidade) e do agora/antes/depois (tempo) em que o sujeito que percebe se situa. É na estrutura do fundo perceptual que se encontra o que distingue a percepção da ilusão e da fantasia.

O período de pesquisa de campo perdurou por exatos 26 meses, abrangendo um espaço temporal entre os anos 2000 e início de 2002. Tal dimensão temporal foi compartilhada com atividades de sala de aula, elaboração de relatórios de outras pesquisas e deslocamentos para regiões sudeste e sul quer para apresentação de trabalhos quer para submissão do processo de seleção de programas de pós-graduação de doutorado. Ao longo dos meses de 2000, as idas a campo se concentraram nos fins de semanas. Esporadicamente, se aproveitava dos feriados. Os meses correspondentes ao ano 2001, a investigação se concentrou de forma mais intensiva, no sentido de que o pesquisador permanecia mais tempo junto à comunidade. Isso foi possível dado o conturbado movimento grevista nas universidades federais no período, da qual o autor é vinculado a uma delas. Entre sua participação preferiu-se prosseguir à implementação do recolhimento de dados em campo.

O estudo implicou deslocamento do pesquisador residente no município de Boa Vista, capital do estado de Roraima, norte do Brasil, às localizações onde situavam as comunidades indígenas: Makuxi, Wapichana, Taurepang, Ingarikó, Yekuana, Waiwai, Sapará, Atoriaú, Yanomami e Waimiri-Atroari. Elas ocupam 44% do seu território e perfazem uma população total de 40 mil índios. O percurso sempre foi acompanhado estrategicamente por um professor indígena. O acesso à comunidade foi escolhido com base na receptividade. A estadia era geralmente oferecida pelos integrantes das aldeias em suas cabanas. A Figura 2 exhibe o trajeto realizado na coleta de dados bem como o mapeamento posicional das reservas indígenas.

Figura 2 – Trajetória da Pesquisa de Campo



FONTE: Dados da pesquisa e SEPLAN, 1997.

De acordo com Bernardi (1974) quando se encontra no terreno das ocorrências, perante situações concretas, é que o pesquisador estará em posição de julgar exatamente e de definir o seu método de pesquisa. No entanto a observação participante correspondeu a dominância no ambiente de investigação. Até que ponto a integridade científica se pode conciliar com a participação humana honesta e completa, Bernardi (1974) assinala que depende muito das circunstâncias específicas. Mas a resposta está na aceitação de ser estranho. A observação participante raramente, talvez nunca, é completa. Esta por outro lado não absolutamente é desejável. É necessário manter uma certa separação para ver as coisas numa perspectiva científica. E, consoante as circunstâncias e com discrição oportuna, apresenta-se tal como se é, ou seja, como pesquisador, e fazer-se aceitar como tal num trabalho que não só requer cooperação viva, mas que, em definitivo, será útil para todos, para o pesquisador e para os pesquisados.

Como caráter complementar recorreu-se à pesquisa bibliográfica. Esta se tornou pertinente tendo em vista a natureza dos dados colhidos em campo. No alinhamento de um tratamento analítico estes acabaram se tornando muito dispersos pelo espaço. Para Silva (2003) não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não for com base em dados bibliográficos.

No recolhimento do material, sendo entendido este como conjunto das observações e também dos objetos materiais, usufruiu-se do diário de campo. Como aborda Cruz Neto (1994), o próprio nome já diz, esse diário é um instrumento ao qual recorre-se em qualquer momento da rotina do trabalho que

está se realizando. Nele diariamente pôde colocar as percepções, angústias, questionamentos e informações o que é pertinente na visão de Bernardi (1974). O instrumento deve não só conter as impressões pessoais, mas servir a pesquisador como uma ulterior fonte autônoma de conhecimento e comparação. Teve um uso sistemático desde o primeiro momento de ida às comunidades até a fase de elaboração desse texto.

Antes da entrada em campo, tinha-se um plano específico para a organização e o registro das informações. Isto implica, consoante entendimento de Vasquez-Menezes e Prata (2022) estabelecer, antecipadamente, as categorias necessárias à análise da situação. Nesse contexto foi tomada como referência as variáveis que constituem o cerne da atividade contábil conforme Parra Filho e Santos (2002), cuja identificação e definição apresenta-se: a) Coletar: fonte de geração de dados (caça, pesca e plantação); b) Registrar: instrumento para copilação de dados; c) Acumular: instrumento de recuperação de dados; d) Resumir: meios para sintetizar dados; e e) Interpretar: entendimento e compreensão dos dados como informação.

Logo a observação participativa teve um devido controle, pois se sabia previamente quais os aspectos a investigar nas comunidades. Essa característica se adentra na concepção conceitual de observação sistemática como alude Americo (2021). Entretanto na captura de informações não se fez uso de nenhum registro do comportamento em folhas preparadas, uso de cronômetro e outros recursos técnicos. O autor procurou sempre o entrosamento da forma mais natural possível. Em seguida nas acomodações, se anotava tudo no diário de campo. Os dados tiveram um tratamento analítico em consonância ao perfil descritivo contemplado por Bicudo (2000). Devido o caráter central da investigação esta se caracterizou essencialmente como pesquisa qualitativa.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Ancorando em Oliveira (2003), a Contabilidade chegou ao estágio de desenvolvimento atual buscando sempre satisfazer as necessidades de controle que as sociedades humanas têm em relação aos meios de subsistência. A preocupação com segurança e sobrevivência sempre acompanharam a humanidade em sua história, uma vez que, do ponto de vista material, a continuidade dessa segurança era garantida pelos recursos adquiridos. Assim sendo, o homem passou a se preocupar em quantificar suas posses, no sentido de registrar, acumular, resumir e interpretar a manipulação dessas posses. Tais propriedades tornam-se particularmente evidentes ao considerar a vida cotidiana dos caçadores-coletores recentes, como as comunidades arborígenes do Norte-Amazônico brasileiro as quais utilizadas como objeto de investigação.

Para Ferreira (2001), ao longo da história, os diferentes povos desenvolveram modos próprios para se orientar no espaço, contar, calcular, reconhecer e medir as formas do universo. A leitura de Ifrah (1997) corrobora tal afirmativa. Realmente existem formas culturalmente distintas de manejar quantidades, números, medidas, formas e relações geométricas. Isso significa que o modo de ser, pensar, e agir de cada povo tem muito a ver com a própria matemática e por conseguinte com o controle dos objetos materiais que permeiam a dinâmica cotidiana da comunidade.

Tecendo uma combinação de afirmações entre Albert (2002) e Ferreira (2001), para além da diversidade dentro das características ecológicas e das coordenadas histórico-simbólicas dos espaços que ocupam, o modo como os bens são distribuídos em sociedades basicamente igualitárias, como as indígenas, determina que quando alguém dá algo, não fica, necessariamente, com “menos”. Pode, ao contrário, ficar com “mais”, porque vai ganhar algo de volta. Seguindo essa linha de raciocínio o arborígene ao capturar 10 peixes e ceder 3 ao irmão a lógica dessa diferença atinge o equilíbrio no momento que o irmão retribuir, ao devolver peixes ou outra mercadoria. O possível desequilíbrio originado é reequilibrado no momento que transfere para os outros irmãos. Destarte o papel que o zero representa aqui corresponde a própria relação entre membros em sociedades em que o parentesco rege relações de troca: um ponto de equilíbrio entre quantias positivas e negativas. Nesse sentido, existem demonstrações de que o conteúdo do Quadro 1 reporta-se a Kaplan (2001) ao enfatizar o zero como uma variável que concretiza as trocas com um mundo em termos de transações: permutas em que cada ação sua afeta as dos outros, e vice-versa. É na verdade “um espelho no qual vemos a nós mesmos e aos outros, perguntas e respostas”.

Quadro 1 – Síntese dos Dados Conjuntos das Comunidades Indígenas Investigadas

Comunidades Variáveis Observadas	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10
Coletar										
Registrar										
Acumular										
Resumir										
Interpretar										

Legenda: C1 – Makuxi; C2 – Wapichana; C3 – Taurepang; C4 – Ingarikó; C5 – Yekuana; C6 – Waiwai C7– Saporá;
C8 – Atoriaú; C9 – Yanomami; C10 – Waimiri-Atroari

FONTE: Dados da Pesquisa

Nas observações in loco no pequeno universo das comunidades indígenas, os dados contraídos no ambiente circundante a aferição das variáveis: registro, acúmulo, resumo e interpretação manifestaram uma interposição. Não sendo possível precisá-las especificamente, pois cada aldeia investigada traz consigo a marca peculiar e definidora de uma linguagem que não importa posição de seus membros na hierarquia da comunidade. Qualquer que seja a relação ela é expressa por um sinal em pé de igualdade com os demais, originários da mesma matriz de sua gramática comum. Sobressai-se dessa forma a interpretação que é unânime em todas as aldeias visitadas. Os “depósitos” de dados bem como os seus registros e sínteses estão contidos na “cabeça” de cada arborígene sendo manifestados simultaneamente no momento que relata a caçada imitando o barulho dos bichos e da floresta ou o dia de pesca. As conversas ocorrem entre eles que estão próximos e também entre os que estão a alguns metros de distância no interior da maloca. Neste introsamento também são planejadas as atividades sociais e em grupos. Famílias trocam idéias e pedem auxílio para organizar tarefas. Isso foi constatado em todas as comunidades e poder-se-ia comparar a uma reunião que dentre outros aspectos abordados há uma suposta prestação de contas do dia.

A comunidade de índios cenário da pesquisa em tela mostrou que nenhum deles ignora o que quer que seja das regras de maximização dos bens monetários, e isso porque todos produzem objetos para um mercado regional.

A conduta apropriada para as trocas dos arborígenes da tribo Waiwai envolve o respeito a complexas regras de solicitação, aceitação e concessão dos objetos trocados. São normas complicadas, mas precisas que regem a etiqueta, a seqüência e as atitudes necessárias às trocas. Há igualmente um elaborado cálculo que governa as negociações dos valores de troca (por exemplo, quantas panelas de que tamanho e quanto fios de miçangas de que cor valem um papagaio loquaz de que espécie?), embora fatores subjetivos (a natureza da relação entre warawan, o grau de vontade de adquirir certos bens.) sejam tão fortes quanto as características materiais dos bens. Essa proliferação exagerada de parâmetros e cálculos tem como efeito cumulativo criar uma arena altamente arbitrária de significados puramente “culturais” assegura Howard (2002).

Também o tempo das relações entre parceiros formais é fortemente utilizado. Devem durar muito, mesmo que os warawan efetivem suas trocas somente de vez em quando. A reciprocidade entre eles é sempre postergada, não raro de vários anos, e ambos contraem dívidas mútuas de vários anos, e ambos contraem dívidas mútuas de várias maneiras sobrepostas. Dizem os Waiwai que as pessoas “pacíficas” (tawake) são pacientes e “nunca se apressam”; confiam em que seu parceiro irá “lembrá-las”, esmo que passe muito tempo, e que aparecerão um dia para visitar, confraternizar, pagar o que devem e abrir um novo ciclo de reciprocidade. É importante que algumas dívidas fiquem em aberto de

ambos os lados, pois é isso que une os parceiros, apesar da distancia que os separa. Tais constatações referidas por Howard (2002) foram confirmadas in loco daí o registro na tabela 1 quanto as atividades de registrar e acumular. As peculiaridades recém expostas não eliminam de forma nenhuma a presença das variáveis no sistema de contrapartida Waiwai. Poder-se-ia até apropriar da terminologia adotada por Ifrah (1997) ao explicitar a prática do entalhe como uma contabilidade dos iletrados. Pois ao lembrar Oliveira (2003) o homem primitivo ao começar a se relacionar com outros, que também tinham posses, passa a trocar o que possuía em excesso por algo que lhe fosse escasso. Nascia, assim, a preocupação e necessidade da contagem como forma de entendimento para as relações de troca.

O sistema Waiwai não exclui a idéia de uma forma de assentamento contábil, embora não possua as características encontradas hoje na Contabilidade.

Um dos momentos únicos no andamento da pesquisa foi a convivência com os índios Yanomami. Talvez porque seja o grupo indígena investigado mais primitivo do Brasil na percepção de Esposito (1998). Tal atributo é fortalecido por meio das conclusões de geneticistas e lingüistas que apontaram os Yanomami desprovidos de afinidade genética, antropométrica ou lingüística com outros povos do local, o que serve para confirmar seu isolamento, responsável pelo desenvolvimento de línguas e dialetos distintos dos demais indígenas da região amazônica, como expõe Barazal (2001). Com base em Albert e Gomez (1976) a autora focaliza a ocupação do espaço das florestas tem por base um modelo que sugere uma série de círculos concêntricos ao redor da aldeia, que delimitam as áreas a serem utilizadas, assim como o modo de sua utilização. O primeiro círculo, num raio de cinco quilômetros, circunscreve a área de seu uso imediato da aldeia: pequena coleta feminina pesca individualmente ou, no verão, pesca coletiva com timbó, caça ocasional de curta duração (ao amanhecer ou entardecer), atividades agrícolas. O segundo círculo, num raio de cinco a dez quilômetros, é a área da caça individual (rama huu) e da coleta familiar do dia-a-dia. Finalmente, o terceiro círculo, num raio de cinco a dez quilômetros, é a área das expedições de caça coletiva de uma a duas semanas (henimou) que precedem os ritos de cremação funerária e os grandes encontros cerimoniais intercomunitários reaku, assim como as longas expedições plurifamiliares de coleta e caça (três a seis semanas) durante a fase de maturação das novas plantações (waima huu). Essas expedições têm geralmente por alvo áreas onde se encontram colônias de apreciadas árvores frutíferas ou áreas solecionadas por sua riqueza em caça. A cada três e até cinco anos precisam mudar o xabono (habitação) de local, pois neste período o solo se esgota, a caça rareia e os produtos da floresta ficam escassos. Ao se mudarem, propiciam a recuperação da floresta, do solo e da caça. Esse aspecto conduz a deduzir que a terra não é escassa. O Yanomami que desbrava a floresta não conserva nenhum direito de propriedade sobre a parcela de terra após a sua utilização. A terra fica de repouso durante um período

longo e aquele que arrotear de novo terá o mesmo direito de utilização do solo. Uma clara evidência de eliminação de riscos de descontinuidade. Existe um pensamento contábil-ambiental mais lógico do que esse?

O xabono é construído comunitariamente, com participação de todos. No entanto na sua conclusão, cada família tem o seu espaço delimitado pelo fogo e pelas redes penduradas numa formação triangular na parte periférica. Vivem no xabono entre 50 e 150 pessoas. Em seu centro é mantido vazio, sendo utilizado para os acontecimentos sociais, tais como as pajelanças, danças, lutas e festas. Foi em meio a esse habitat, quase que passado por despercebido, que dois índios se ocupavam em registrar as façanhas após retorno da caçada, em um material que se manufacturava as flechas. Não eram riscos, mas uma espécie de corte semelhante a entalhes. Por meio de uma faca se perfurava orifícios cuja graduação implicava porte do animal abatido. Tais orifícios, no que concerne as discussões de Struik (1992), Boyer (1996), Ifrah (1997) e Mithen (2002), registra quantidades e, portanto, uma prefiguração da contabilidade. É certo que entre os Yanomami o futuro é pouco planejado. A lenha é cortada à tarde para ser consumida no fogo da noite. Eles podem comer toda a comida disponível num mesmo dia, e no dia seguinte, se não houver mais, ficarão com fome. A contagem vai até dois, ou seja, eles contam um, dois e muitos. Mais do que dois são muitos. No entanto, é muito claro a quantificação das presas e a sua memória nas flechas como uma alusão ao destemido. E isto resgata e ressalta a Contabilidade como a ciência da riqueza das células sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O teor do estudo em tela centrou em explicitar qual a lógica contábil na percepção dos povos indígenas e para isso se apropriou das idas a campo em 10 comunidades indígenas fincadas no norte do Brasil.

Os achados de campo incita alinhar os seguintes aspectos:

- 1) A história da prática contábil deve contemplar elementos de análise em torno da etnografia;
- 2) A origem do número zero está intimamente aderido ao embrionário pensamento contábil;
- 3) A lógica contábil se materializa até mesmo em ambientes onde a estética gráfica e escrita e pensamentos refinados são poucos dominantes em sua manifestação. A sociedade indígena e particularmente a Yanomami confirma essa suposição;

4) A lógica contábil capturada nas observações em campo no âmbito das comunidades indígenas perfila-se uma préconfiguração da contabilidade ambiental além de estabelecer um elo entre a Contabilidade e a Responsabilidade Social;

5) Quão simples foi a idéia de Paccioli, rotulado de Pai da Contabilidade, que a mesma tem sido aplicada nas sociedades primitivas antes mesmo de sua emergência e ainda hoje presente nos grupos arborígenes remanescentes, denotando claramente que a humanidade não se desvinculou das origens e, portanto das idéias pré-concebidas.

Os dados contidos na Tabela 1 exibem sem dúvida uma Contabilidade entre as comunidades indígenas investigadas sem estruturação conceitual nem sistematização, frutos de milênios da evolução que estaria por acontecer. No entanto se apropriando de OLIVEIRA (2003), essa Contabilidade servia (e serve) aos propósitos de quem a utilizava (ou a utiliza).

Portanto, a lógica contábil no interior do habitat indígena revela-se um tanto instântaneo, simples, primitivo, natural. Não obstante, ilustra com as devidas proporções, o que teria sido os primórdios da emergente atividade que hoje toma parte do cotidiano das pessoas e instituições as quais inseridas em um contexto constituídos de elos como uma corrente da vida dinâmica moderna.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (org.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Unesp, 2002.
- ALBERT, Bruce; GOMEZ, Galé Goodwin. *Saúde Yanomami: um manual etnolinguístico*. Belém, PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1976.
- AMÉRICO, B. *Método de pesquisa qualitativa: analisando fora da caixa a prática de pesquisar organizações*. Rio de Janeiro: Alfa Books, 2021.
- ACCOUNTABLE. Issue 76, feb. 2002.
- BARAZAL, Neuza Romero. *Yanomami: um povo em luta pelos direitos humanos*. São Paulo: USP, 2001.
- BERNARDI, Bernardo. *Introdução aos estudos etno-antropológicos*. Lisboa: Edições 70, 1974.
- BICUDO, M. A. Viggiani. *Fenomenologia: confrontos e avanços*. São Paulo: Cortez, 2000.
- BOYER, Carl B. *História da matemática*. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1996.
- CARMONA, Salvador. *Accounting history research and its diffusion in an international context*. Working Paper 01-57, Business Economics Series 12, jun. 2002.
- COPANS, J.; TORNAY, S.; GODELIER, M.; BACKÈS-CLÉMENT, C. *Antropologia: ciência das sociedades primitivas*. Lisboa: Edições 70, 1971.
- CRUZ NETO, Otavio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: SOUZA, M. Cecília de (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. *Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- ESPOSITO, Rubens. *Yanomamis: um povo ameaçado de extinção*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.
- FERREIRA, Mariana Kawall Leal. *Conhecimentos matemáticos de povos indígenas de São Paulo*. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (orgs.). *Práticas pedagógicas na escola indígena*. São Paulo: Global, 2001.
- HOWARD, Catherine V. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (org.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Unesp, 2002.
- IFRAH, Georges. *História universal dos algarismos: a inteligência dos homens pelos números e pelo cálculo*. v. 2, tomo 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

- KAPLAN, Robert. O nada que existe: uma história natural do zero. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- LEACH, Edmund. A diversidade da Antropologia. Lisboa: Edições 70, 1982.
- MITHEN, Steven. A pré-história da mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência. São Paulo: Unesp, 2002.
- NAPIER, Christopher. Accounting history and accounting progress. Second Accounting History International Conference. Osaka, Japan, 8–10 aug. 2001.
- NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 3. ed. São Paulo: Global, 2000.
- OLIVEIRA, A. B. Silva (coord.). Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade. São Paulo: Saraiva, 2003.
- PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Futura, 2002.
- ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia amazônica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SANTILLI, Márcio. Os brasileiros e os índios. São Paulo: Senac, 2000.
- SANTOS, Sergio de Paula. O vinho e suas circunstâncias. São Paulo: Senac, 2002.
- SILVA, A. C. Ribeiro. Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.
- STRUÍK, Dirk J. História concisa das matemáticas. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1992.
- VASQUES-MENEZES, I.; PRATA, P. Observação como técnica de coleta de dados. In: SOARES, A. B. et al. Metodologia Qualitativa: técnicas e exemplos de pesquisa. Curitiba: Appris, 2022.
- VERGANI, Teresa. Educação etnomatemática: o que é. Lisboa: Pandorra, 2000.